



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003646-18.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Allan Diego de Souza Correia**
 Requerido: **MDR Conteúdo e Publicidade na Internet Ltda.**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 03/07/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 422/13

VISTOS

ALLAN DIEGO DE SOUZA CORREIA ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS** em face de **MDR CONTEÚDO E PUBLICIDADE NA INTERNET LTDA**, todos devidamente qualificados.

Aduz o Autor, em síntese, que a ré publicou uma foto sua, no site eletrônico de seu domínio sem qualquer autorização. Essa circunstância lhe trouxe grandes transtornos, devido ao fato de a reportagem fazer menção a um "crime ambiental", no qual não teve qualquer participação. Estava na delegacia para tratar do "roubo" de que sua moto. Pediu a procedência da ação e a condenação da requerida a indenização pela utilização indevida de sua imagem e danos morais em razão do constrangimento sofrido; a retratação da ré, por meio do mesmo meio de comunicação, admitindo se tratar de um erro a sua imagem figurar na matéria; a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Juntou documentos às fls. 10/20.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação, alegando preliminarmente, que o que fora arguido pelo autor é exclusivamente enriquecimento indevido. No mérito, sustentou em síntese, que não houve nenhuma intenção dolosa quanto a publicação da imagem, uma vez que a fotografia não permitia a identificação da fisionomia do autor, além de nela não constar seu nome; que não houve nenhum ato ilícito, devido ao local da foto ser público; que o ônus da prova cabe ao autor. Alega que agiu exercendo sua liberdade de imprensa, e que se houve prejuízo ao autor, foi causado por terceiros. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 63/68.

Pelo despacho de fls.68 foi determinada a produção de provas. O requerente nada teve a acrescentar e a requerida não se manifestou.

Designada audiência de conciliação pelo despacho de fls.72, restou infrutífera (fls. 74).

É o relatório.

DECIDO.

Temos como ponto incontroverso: a **imagem do autor foi publicada no site da ré ao fundo, tendo em primeiro plano um arma, mais especificamente uma espingarda, apreendida em uma ocorrência de crime ambiental** (caça de um tatu).

Quem observa a referida imagem certamente vincula o autor, a arma, e assim, ao crime ambiental....

Embora tenha sido colhido “de perfil” o autor chegou

0003646-18.2013.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

a ser identificado por colegas de trabalho e familiares (circunstância também não contestada especificamente pela ré).

Aliás, ela própria admite a possibilidade de identificação do autor, na cena, por pessoas do círculo de relacionamento daquele (cf. fls. 32, último parágrafo).

Sua responsabilidade reside, assim, na falta de cuidado, pois antes de publicar a foto, e sabedora de que a pessoa ao fundo nenhuma relação tinha como a ocorrência, deveria tê-la excluído ou utilizado filtros de distorção que impedem qualquer possibilidade de identificação.

Assim não agiu e, portanto, deve reparar o menoscabo moral.

A alegação do autor diz respeito à violação de sua imagem, ou seja, de sua identidade física, pela veiculação não autorizada daquela, nos termos do inciso X do artigo 5º da Constituição Federal. O direito de imagem, de caráter personalíssimo, tem por conteúdo a projeção da personalidade do indivíduo.

Não se olvida que o direito à imagem vem dotado de cunho moral, porquanto relativo ao direito de personalidade. O dano, assim, adviria da utilização não autorizada da imagem com fins lucrativos, levando à presunção da existência de lesão extrapatrimonial *in re ipsa*, vale dizer, da própria divulgação não autorizada, sem necessidade de prova do efetivo prejuízo, ou, caso liberada, tenha sido utilizada de forma abusiva causando abalo a bens jurídicos indenizáveis.

O autor estava na dependência policial para tratar de assunto de seu interesse, sem qualquer vinculação com a ocorrência e, acabou sendo exposto; outrossim, forçoso convir que a imagem em questão foi obtida sem seu consentimento.

O dano do autor fica evidenciado por conta da infeliz publicação de sua imagem naquela fotografia, dando a entender que estava entre as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pessoas presas pela Polícia Militar; tudo atrelado à manchete e menção referidas no informativo virtual.

Ainda que o nome do autor não tenha sido grafado ou referido na notícia, não resta a menor dúvida de que o fato causou repercussão negativa ao seu círculo de relacionamento, com inequívoco constrangimento, apto a gerar dano moral.

A prova do dano, em casos como o dos autos, torna-se dispensável, pois, específica ou direta do abalo moral gerado pela ocorrência dos lamentáveis ocorridos, consoante já citado, cuidando-se de consequência inevitável ante o próprio fato.

O valor a ser fixado, se de um lado não pode ser baixo, pois assim perderia o caráter preventivo e didático, deixando de incutir nas instituições de comunicação a necessidade de maior cautela na veiculação da informação, sem extrapolar os limites de seu mister, de outro causaria enriquecimento indevido ao autor, contrariando a regra do art. 884, do Código Civil.

Logo, consideradas as circunstâncias, notadamente aspectos relacionados às partes envolvidas, tem-se que o valor a ser fixado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); tal “quantum” não está fora de propósito e atende bem a razoabilidade.

Por fim, a ré deve novamente publicar a foto, consignando que o faz por ordem deste Juízo e esclarecendo a todos que tiverem acesso ao site, que **o autor não teve qualquer participação na ocorrência policial retratada na reportagem e se encontrava nas dependências policiais para tratar de assunto sem qualquer relação com ela.**

O tempo de publicação é de 15 dias a contar da intimação, que será expedida após o trânsito desta decisão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial para **CONDENAR a requerida**, MDR CONTEÚDO E PUBLICIDADE NA INTERNET LTDA ME, a **pagar ao autor**, ALLAN DIEGO DE SOUZA CORREIA, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção a contar da publicação da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

DETERMINO, ainda, que a requerida **publique no mesmo espaço** em que lançada a notícia mencionada nesses autos por 15 dias o **“esclarecimento” acima consignado.**

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 16 de julho de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA